

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Saúde Companhia de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas do Conselho Nacional de Saúde Suplementar (CONSU) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **1. Conjuntura econômica.** A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolvidos possibilitaram a retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, compensando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios políticos ocorridos em meados do ano e alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa Selic de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%. **2. Principais informações financeiras**

Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	539,8	278,7	93,7%
Sinistros retidos	(435,9)	(261,7)	(66,6%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	104,0	17,1	-
Resultado bruto	99,1	12,0	-
Resultado financeiro líquido	10,0	11,1	(9,5%)
Resultado antes dos impostos e participações	77,3	(3,0)	-
Resultado líquido	46,5	(2,0)	-

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	2012	Passivo	Notas	2013	2012
Circulante		361.571	135.001	Circulante		257.083	53.689
Disponível		16.422	8.947	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	213.953	46.997
Realizável		345.149	126.054	Provisões de prêmios		56.808	2.032
Aplicações financeiras	5	277.217	117.806	Provisão de prêmios não ganhos		56.331	1.691
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		257.941	78.426	Provisão para remissão		477	341
Aplicações não vinculadas		19.276	39.380	Provisão de sinistros a liquidar para SUS		1.969	7.362
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		38.543	2.170	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		137.555	29.944
Prêmios a receber	6.1	3.278	1.933	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados		17.621	7.659
Operadoras de planos de assistência à saúde	6.3	35.235	-	Débitos de operações de assistência à saúde		5.668	2.742
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		30	237	Comercialização sobre operações		22	116
Despesas diferidas	7	7.420	497	Operadoras de planos de assistência à saúde		2.678	-
Créditos tributários e previdenciários	8	890	3.266	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		2.968	2.626
Bens e títulos a receber	9	21.072	2.310	Provisões		19.639	2.172
Despesas antecipadas		7	5	Provisões para IR e CSLL		18.292	678
Não circulante		66.485	48.928	Provisões para ações judiciais	14.1	1.347	1.494
Realizável a longo prazo		66.480	48.924	Tributos e encargos sociais a recolher		3.283	672
Aplicações financeiras	5	-	594	Débitos diversos	11	14.540	1.106
Aplicações não vinculadas		-	594	Não circulante		50.426	43.922
Créditos tributários e previdenciários	8	7.423	2.248	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	1.067	1.064
Despesas de comercialização diferidas	7	10.038	-	Provisão para remissão		553	601
Ativo fiscal diferido	8	10.378	10.426	Provisão de eventos e sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		6.779	6.673
Depósitos judiciais e fiscais	14	38.626	35.619	Provisões para tributos diferidos	8	2.930	2.462
Outros créditos a receber a longo prazo		15	37	Provisões para ações judiciais	14.1	3.849	4.211
Imobilizado		3	4	Tributos e encargos sociais a recolher	14.1	42.580	36.185
Imobilizado de uso próprio		3	4	Tributos e encargos sociais a recolher		42.580	36.185
Não hospitalares/Não odontológicos		3	4	Tributos e contribuições		42.580	36.185
Intangível		2	-	Patrimônio líquido	15	120.547	86.318
Total do ativo		428.056	183.929	Capital social		76.784	76.784
				Reservas		43.968	8.539
				Reservas de lucros		43.968	8.539
				Ajustes de avaliação patrimonial		(205)	995
				Total do passivo		428.056	183.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2012	76.784	693	9.854	10.547	(51)	-	87.280
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.046	-	1.046
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.008)	(2.008)
Compensação do prejuízo acumulado	-	-	(2.008)	(2.008)	-	2.008	-
Saldos em 31/12/2012	76.784	693	7.846	8.539	995	-	86.318
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	46.464	46.464
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva legal	-	2.323	-	2.323	-	(2.323)	-
Reserva estatutária	-	-	33.106	33.106	-	(33.106)	-
Dividendos obrigatórios - R\$2.383,95 por ação	-	-	-	-	-	(11.035)	(11.035)
Saldos em 31/12/2013	76.784	3.016	40.952	43.968	(205)	-	120.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE", com 100% de ações ordinárias, e como controladora indireta final, a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,88% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,67% de participação total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **1.1 Incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A.** Em 31/01/2013 foi aprovada a incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAÚDE" e controladora direta da Companhia, pela CIA. SAÚDE, que detinha 40,96% de participação na Companhia e passou a ter o controle total a partir desta data. Esta operação visou otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou em 24/04/2013 a incorporação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com conjunto de normas emitidas pelo CPC. A ANS publicou as Resoluções Normativas nºs 314/2012, 322/2013 e 344/2013, em substituição a Resolução Normativa nº 290/2012, que apresentam como principal destaque a criação da Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG). Anterior a esta norma, o valor correspondente ficava registrado na conta "Prêmios a receber - Faturamento antecipado", como conta retificadora, no ativo. A seguir, uma conciliação entre as demonstrações financeiras de 31/12/2012, publicadas em 28/02/2013 e a utilizada como comparativo, nestas demonstrações financeiras:

	2012	2012	2012
	Publi-	Ajustes	Reclassi-
	cado		ficado
Ativo circulante	134.313	688	135.001
Disponível	8.947	-	8.947
Aplicações	117.806	-	117.806
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (a)	1.482	688	2.170
Outros	6.078	-	6.078
Ativo não circulante	48.928	-	48.928
Créditos tributários e previdenciários (b)	11.517	(9.269)	2.248
Ativo fiscal diferido (b)	1.157	9.269	10.426
Outros	36.254	-	36.254
Total	183.241	688	183.929
	Publi-	Ajustes	Reclassi-
	cado		ficado
Passivo circulante	53.001	-	53.689
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (a)	45.306	1.691	46.997
Débitos de operações de assistência à saúde (a)	2.734	8	2.742
Débitos diversos (a)	2.117	(1.011)	1.106
Outros	2.844	-	2.844
Passivo não circulante	43.922	-	43.922
Patrimônio líquido	86.318	-	86.318
Total	183.241	688	183.929

(a) Referente a criação da Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG); (b) Referente a criação de rubrica específica para Ativo fiscal diferido. As reclassificações não apresentam efeito significativo no resultado ou patrimônio líquido. Portanto, a Administração julgou que os impactos nas demonstrações financeiras de 01/01/2012 não foram significativos para a compreensão destas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente em relação às presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em

25/02/2014. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); e • Os instrumentos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **2.3 Moeda funcional e de apresentação.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis.** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como prêmios retidos; • Os agenciamentos e outros custos que estão diretamente relacionados com o processo de angariação de novos contratos, exceto comissões sobre prêmios, são diferidos e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante, quando aplicável, e amortizados no resultado pelo prazo de 12 meses. No caso da operação de cosseguro aceito da controladora, os custos são diferidos e amortizados no resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não renovação das apólices; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na avaliação do IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto a outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2) e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e quando realizadas ou quando há impairment, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo

são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável.** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis).** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros.** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos (impairment) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 3 anos. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros.** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: • **Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG).** A PPCNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de saúde. • **Provisão de sinistros a liquidar (PSL).** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados e adicionada da ALAE, que são as despesas de sinistros diretamente relacionadas, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos. Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE.

3. Comentário sobre o desempenho. No exercício findo em 31/12/2013, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$ 539,8 milhões, com aumento de 93,7% em relação ao ano anterior. Os sinistros retidos somaram R\$ 435,9 milhões, 66,6% acima do apresentado em 2012. Dessa forma, ao final do período, o resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$ 104,0 milhões. O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 10,0 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 46,5 milhões.

4. Distribuição do resultado

Descrição	(R\$ milhares)	
	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações	77.345	(2.995)
(-) Impostos e contribuições	(30.737)	1.124
(-) Participações	(144)	(137)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	46.464	(2.008)
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2.323)	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	44.141	(2.008)
Dividendos obrigatórios	-	-
25% do lucro líquido ajustado	11.035	-
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	11.035	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	33.106	-
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	33.106	-

5. Investimentos: A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento" para os quais possui intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Notas	2013	2012
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		539.842	278.728
Receitas com operações de assistência à saúde		545.211	277.423
Prêmios retidos	16.1	545.299	277.728
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(88)	(305)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(5.369)	1.305
Sinistros retidos		(435.868)	(261.662)
Sinistros conhecidos ou avisados	16.2	(425.907)	(264.600)
Sinistros ocorridos e não avisados		(9.961)	2.938
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		103.974	17.066
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	16.5	(4.543)	(4.950)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(4.139)	(3.842)
Provisão para perdas sobre créditos		(140)	(1.108)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	16.5	(310)	(129)
Resultado bruto		99.121	11.987
Despesas de comercialização	16.3	(28.718)	(21.481)
Despesas administrativas	16.4	(3.029)	(4.605)
Resultado financeiro líquido	16.6	10.034	11.087
Receitas financeiras		13.197	14.390
Despesas financeiras			

A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. • **Provisão de sinistros a liquidar em processos judiciais.** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordos com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. • **Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA).** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported) é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionada da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde, o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR.

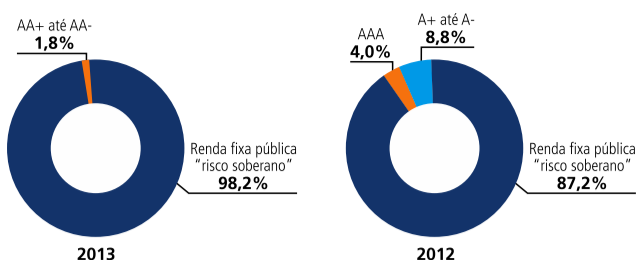
• **Provisão para remissão.** A provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários descontada para a data base das demonstrações financeiras. **3.7. Provisões judiciais. • Cíveis e trabalhistas.** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex empregado ou ex prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas e os honorários de sucumbência e de êxito, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. • **Fiscais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante e em "Tributos e encargos sociais a recolher", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos nas provisões para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponível para a venda (nota 5); • Despesas diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8.3); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 10.1); e • Provisões para ações judiciais (nota 14.2). **3.10. Normas emitidas e ainda não adotadas. (a) Normas internacionais (IFRS).** O International Accounting Standards Board (IASB) publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A SulAmérica não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. Aquelas normas que podem ter algum impacto para a SulAmérica estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** • **IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos Financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (Consolidated financial statements), IFRS12 - Divulgação de participações em outras entidades (Disclosure of interests in other entities) e IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Consolidated and separate financial statements) (alteração):** Introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. **(b) Receita Federal do Brasil (RFB).** Em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis

internacionais - IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos em todas as empresas que fazem parte do conjunto de empresas que formam a SulAmérica e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos na SulAmérica está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (Committee of sponsoring Organizations of the treadway Commission) e Solvência II. O Conselho de Administração executa a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo Comitê de Riscos (CoR). O CoR tem a responsabilidade de periodicamente rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, dentro das preferências, tolerâncias e limites definidos. Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (Business Unit – BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem esses limites aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

UF	2013	2012
SP.....	58,1%	50,2%
DF.....	21,1%	24,1%
RJ.....	11,1%	15,2%
PE.....	4,0%	6,5%
BA.....	2,8%	1,8%
Outros.....	2,9%	2,2%
	100,0%	100,0%

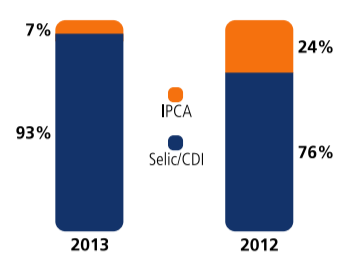
4.2. Descrição e gestão dos riscos nas operações: O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico e legal e compliance. **4.2.1. Risco de crédito: • Aplicações financeiras.** Os investimentos em crédito privado são realizados de acordo com o definido na política de investimentos da organização e após análises internas do Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco. Verifica-se que 98,2% do total de aplicações financeiras em 31/12/2013 (91,2% em 2012), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

Investimento por categoria de riscos
R\$ 277,2 milhões em 2013 e R\$ 118,4 milhões em 2012



(i) Operações de seguros: A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (impairment) dos prêmios a receber (nota 6.1). **4.2.2. Risco de mercado:** O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de provisão técnica. Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2013 e 2012.

Investimento por indexador
R\$ 277,2 milhões 2013 e R\$ 118,4 milhões em 2012



(i) Risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros nas datas de 31/12/2013 e 2012:

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	2013 Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras.....	75.752	196.750	5.236	11	277.749	277.217	(532)	-	277.217
Valor justo por meio do resultado	13.712	-	-	-	13.712	13.712	-	-	13.712
Disponível para venda.....	61.527	196.750	5.236	11	263.524	262.992	(532)	-	262.992
Mantido até o vencimento.....	513	-	-	-	513	513	-	-	513
Passivos de seguros (1).....	213.851	1.005	-	-	-	-	-	164	215.020

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2013 R\$164 de ULAE.

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	2012 Valor contábil
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras.....	69.521	39.959	7.251	11	116.742	118.400	1.658	-	118.400
Valor justo por meio do resultado	17.671	-	-	-	17.671	17.671	-	-	17.671
Disponível para venda.....	51.376	39.959	7.251	11	98.597	100.255	1.658	-	100.255
Mantido até o vencimento.....	474	-	-	-	474	474	-	-	474
Passivos de seguros (1).....	47.527	425	-	-	-	-	-	109	48.061

(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2012 R\$109 de ULAE.

A legislação em vigor prevê alguns redutores que são usados na apuração dos passivos que as seguradoras devem oferecer garantias com ativos específicos e portanto, esta informação deve ser analisada em conjunto com a nota de 10.2. O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela. **(ii) Risco da inflação:** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexada a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a atualização monetária por índices de inflação. Adicionalmente, a Companhia possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2013, a Companhia registrou em aproximadamente R\$18.498 (R\$28.131 em 2012) de ativos indexados a inflação. A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM S.A. (SAM). Apenas 2,95% (7,03% em 2012) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. **4.2.3. Risco de subscrição:** O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco na precificação e risco nas provisões. **(i) Análise de sensibilidade nos negócios:** A sensibilidade no resultado antes de impostos sob o impacto de "choques" simulados de 1 ponto percentual na sinistralidade, despesas administrativas e despesas de comercialização está demonstrada a seguir:

	2013 Impacto	2012 Impacto
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(5.155)	(2.934)
Aumento de 1% nas despesas administrativas.....	(27)	(45)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização.....	(288)	(215)

(ii) Risco na provisão: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões técnicas nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. **4.2.4. Risco operacional: (i) Gestão dos riscos operacionais.** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado semestralmente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e planos de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. **(ii) Continuidade de negócios.** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.2.5. Risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões periódicas para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio,

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado			Disponível para venda			Mantido até o vencimento			2013 Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/ mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/ mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total		
Títulos de renda fixa - Privados.....	-	-	5.110	5.114	-	-	-	-	5.114	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC Pós-fixado CDI.....	-	-	5.110	5.114	-	-	111,5%CDI	5.114		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	130	130	258.414	257.878	513	513	-	258.521	240.024	
Letras financeiras do tesouro.....	130	130	239.395	239.381	513	513	SELIC	240.024		
Notas do tesouro nacional Série B - Pós-fixado IPCA.....	-	-	19.019	18.497	-	-	IPCA +4,62%a.a.	18.497		
Quotas de fundos de investimentos.....	13.582	13.582	-	-	-	-	-	13.582	-	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	13.582	13.582	-	-	-	-	-	13.582	-	
Total.....	13.712	13.712	263.524	262.992	513	513	-	277.217	277.217	
Percentual de participações nas aplicações.....	-	4,9%	-	94,9%	0,2%	-	-	100%	100%	
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	-	277.217	2012 277.217	

	Valor justo por meio do resultado			Disponível para venda			Mantido até o vencimento			2012 Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/ mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/ mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total		
Títulos de renda fixa - Privados.....	-	-	15.085	15.121	-	-	-	15.121	-	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC Pós-fixado CDI.....	-	-	4.687	4.701	-	-	111,5%CDI	4.701		
Letras financeiras.....	-	-	10.398	10.420	-	-	108,5%CDI	10.420		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	120	120	83.512	85.134	474	474	-	85.728	57.597	
Letras financeiras do tesouro.....	120	120	57.002	57.003	474	474	SELIC	57.597		
Notas do tesouro nacional Série B - Pós-fixado IPCA.....	-	-	26.510	28.131	-	-	IPCA +4,08%a.a.	28.131		
Quotas de fundos de investimentos.....	17.551	17.551	-	-	-	-	-	17.551	-	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos.....	17.551	17.551	-	-	-	-	-	17.551	-	
Total.....	17.671	17.671	98.597	100.255	474	474	-	118.400	118.400	
Percentual de participações nas aplicações.....	-	14,92%	-	84,67%	0,41%	-	-	100%	100%	
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	-	117.806	594	
Não circulante.....	-	-	-	-	-	-	-	594	-	

que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o Balanced ScoreCard (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. **4.2.6. Risco legal e compliance.** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. A SulAmérica instituiu uma estrutura de compliance e a figura dos gestores compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores compliance têm por função disseminar a metodologia e as determinações de compliance em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. • **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.3. Gestão do capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2013 e 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador. A SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da Companhia:

Descrição	2013	2012
Patrimônio líquido.....	120.547	86.318
Adições		
Obrigações legais.....	33.093	38.478
Deduções		
Créditos tributários.....	(4)	(1.157)
Despesas de comercialização diferida.....	(17.458)	(497)
Despesas antecipadas.....	(7)	(5)
Ativo intangível.....	(2)	-
Patrimônio líquido ajustado.....	136.169	123.137
0,20 Prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses..	109.060	55.546
0,33 Sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses..	100.481	72.925
Solvência (a).....	94.786	66.544
Suficiência.....	41.383	56.593

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 313/2012.

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2012	13.197	115.706	437	129.340
Aplicações	101.270	108.002	-	209.272
Rendimento resgate	(937)	(6.347)	-	(7.284)
Principal resgate	(96.816)	(128.486)	-	(225.302)
Resultado financeiro	957	9.636	37	10.630
Ajuste a valor de mercado	-	1.744	-	1.744
Saldo em 31/12/2012	17.671	100.255	474	118.400

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2012	17.671	100.255	474	118.400
Aplicações	166.056	252.202	-	418.258
Rendimento resgate	(1.037)	(6.698)	-	(7.735)
Principal resgate	(169.989)	(89.839)	-	(259.828)
Resultado financeiro	1.096	9.071	39	10.206
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(85)	-	-	(85)
Ajuste a valor de mercado	-	(1.999)	-	(1.999)
Saldo em 31/12/2013	13.712	262.992	513	277.217

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR. Os ativos não apresentaram DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil e por isso não estão apresentados a seguir.

Fatores de risco	2013	VAR 95%
IPCA	61	61
Total	61	61

Fatores de risco	2012	VAR 95%
IPCA	58	58
Outros	2	2
Total	56	56

Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **5.4 Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31/12/2013 e 2012, os ativos da Companhia estavam classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2:** • **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 2013 e 2012 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

Descrição	2013	2012
Ativos financeiros	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	13.712	17.671
Disponível para venda	262.992	100.255
Mantido até o vencimento	513	474
Total	277.217	118.400

6. Créditos de operações com planos de assistência a saúde: 6.1. Movimentação dos prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente os contratos de saúde.

	Prêmios	Redução do valor recuperável - Impairment	Total
Saldo em 01/01/2012	6.491	(3.549)	2.942
Alteração de práticas contábeis	688	-	688
Saldo ajustado em 01/01/2012	7.179	(3.549)	3.630
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	283.211	(2.520)	280.691
Recebimentos/ Reversão	(285.079)	2.691	(282.390)
Saldo em 31/12/2012	5.311	(3.378)	1.933
Circulante			1.933

	Prêmios	Redução do valor recuperável - Impairment	Total
Saldo em 31/12/2012	5.311	(3.378)	1.933
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	256.506	(1.668)	254.838
Recebimentos/Reversão	(255.175)	1.682	(253.493)
Saldo em 31/12/2013	6.642	(3.364)	3.278
Circulante			3.278

6.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	589	612
Total a vencer	589	612
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	2.525	1.856
Vencidos entre 31 e 60 dias	567	285
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.031	516
Vencidos entre 181 e 365 dias	257	238
Vencidos acima de 365 dias	1.673	1.804
Total vencidos	6.053	4.699
Total prêmios a receber	6.642	5.311
Redução ao valor recuperável - Impairment (a)	(3.364)	(3.378)
Total	3.278	1.933

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias. **6.3. Movimentação do saldo com operadoras de planos de assistência à saúde:** A movimentação contempla o cosseguro aceito junto a controladora, mensurados ao custo amortizado.

	Prêmios
Saldo em 31/12/2012	-
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/Constituição	349.070
Recebimentos/ Reversão	(313.835)
Saldo em 31/12/2013	35.235
Circulante	35.235

6.4. Operadoras de planos de assistência à saúde por vencimento

Descrição	2013
A vencer	
A vencer entre 1 e 30 dias	15.925
Total a vencer	15.925
Vencidos	
Vencidos entre 1 e 30 dias	15.371
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.468
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.471
Total vencidos	19.310
Total	35.235

7. Despesas de comercialização diferidas - Movimentação

	Seguro direto
Saldo em 01/01/2012	1.538
Despesa de comercialização diferida gerada	1.615
Amortização	(2.519)
Cancelamento	(137)
Saldo em 31/12/2012	497
Circulante	497

	Seguro direto	Cosseguro aceito	Total
Saldo em 31/12/2012	497	-	497
Despesa de comercialização diferida gerada	167	18.250	18.417
Amortização	(585)	(777)	(1.362)
Cancelamento	(6)	(88)	(94)
Saldo em 31/12/2013	73	17.385	17.458
Circulante			7.420
Não circulante			10.038

As despesas de comercialização diferidas no ativo circulante estão registradas na rubrica "Despesas Diferidas".

8. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos: 8.1. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:

8.2. Impostos a compensar/recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	949	1.182	111	-	2.242
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	593	484	44	-	1.121
Programa de Integração Social - PIS	20	14	(33)	-	1
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	94	64	-	(151)	7
Total	1.656	1.744	122	(151)	3.371
Circulante					3.266
Não circulante					105

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Baixa	Saldo em 31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.242	72	152	(1.991)	475
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.121	46	61	(768)	460
Programa de Integração Social - PIS	1	13	-	(3)	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7	55	-	(12)	50
Total	3.371	186	213	(2.774)	996
Circulante					890
Não circulante					106

8.3. Movimentação de créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2012
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	6.905	1.434	(227)	8.112
Redução ao valor recuperável de créditos	1.419	5	(487)	937
Participações nos lucros	147	157	(147)	157
Outros	(191)	254	-	63
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	8.280	1.850	(861)	9.269

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	32	1.125	-	1.157
PIS e COFINS sobre IBNR (a)	-	2.143	-	2.143
Total dos créditos tributários líquidos dos débitos tributários	8.312	5.118	(861)	12.569
Atualizações de depósitos judiciais (b)	(1.608)	(870)	-	(2.478)
Ganho de ajuste a valor de mercado	16	-	-	16
Total dos débitos tributários líquidos dos débitos tributários	(1.592)	(870)	-	(2.462)

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	8.112	768	(219)	8.661
Redução ao valor recuperável de créditos	937	447	(27)	1.357
Participações nos lucros	157	12	(11)	158
Perda sobre ajuste a valor de mercado	-	549	(413)	136

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Ramos	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total
Saúde grupal	55.781	139.006	16.229	1.030	212.046
Saúde individual	550	870	1.152	-	2.572
Odontológico	-	162	240	-	402
Total	56.331	140.038	17.621	1.030	215.020
Circulante	56.331	139.524	17.621	477	213.953
Não circulante	-	514	-	553	1.067

Ramos	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para remissão	Total
Saúde grupal	1.181	36.937	7.134	942	46.194
Saúde individual	510	803	286	-	1.599
Odontológico	-	29	239	-	268
Total	1.691	37.769	7.659	942	48.061
Circulante	1.691	37.306	7.659	341	46.997
Não circulante	-	463	-	601	1.064

10.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para remissão	Total
Saldo em 01/01/2012	-	41.559	637	42.196
Alteração de práticas contábeis	1.405	-	-	1.405
Saldo ajustado em 01/01/2012	1.405	41.559	637	43.601
Emissões	275.273	-	-	275.273
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	-	(252.523)	-	(252.523)
Prêmios ganhos	(274.987)	-	-	(274.987)
Avisados / alterações	-	259.223	305	259.528
Correção monetária / juros	-	108	-	108
Varição do IBNR / IBNC	-	(2.939)	-	(2.939)
Saldo em 31/12/2012	1.691	45.428	942	48.061
Total	1.691	45.428	942	48.061
Circulante				46.997
Não circulante				1.064

	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para remissão	Total
Saldo em 31/12/2012	1.691	45.428	942	48.061
Emissões	545.299	-	-	545.299
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	-	(316.907)	-	(316.907)
Prêmios ganhos	(490.659)	-	-	(490.659)
Avisados / alterações	-	429.978	88	430.066
Correção monetária / juros	-	144	-	144
Varição do IBNR / IBNC	-	(984)	-	(984)
Saldo em 31/12/2013	56.331	157.659	1.030	215.020
Total	56.331	157.659	1.030	215.020
Circulante				213.953
Não circulante				1.067

Descrição	2013	2012
-----------	------	------

Descrição	2013	2012
Fiscais:		
COFINS.....	22.171	21.467
PIS.....	5.199	4.924
Contribuição Social.....	3.722	2.270
Imposto de Renda.....	2.111	2.000
Subtotal.....	33.203	30.661
Previdenciárias:		
INSS.....	3.622	3.718
Subtotal.....	3.622	3.718
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas.....	282	245
Ações cíveis.....	1.519	995
Subtotal.....	1.801	1.240
Total.....	38.626	35.619
Não circulante.....	38.626	35.619

14.1. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldos em 01/01/2012	Adições monetária	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2012
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	3.734	699	(72)	(625)	3.736
Trabalhistas.....	67	1.379	195	(24)	1.617
Honorários.....	402	75	-	(130)	347
Subtotal.....	4.203	2.153	123	(779)	5.700
Tributárias:					
PIS.....	4.618	-	306	-	4.924
COFINS.....	24.763	-	1.418	-	26.181
CSLL.....	2.633	24	181	-	2.838
Imposto de Renda.....	1.919	-	124	(7)	2.036
Honorários.....	191	-	26	(45)	172
Outros.....	418	326	189	(899)	34
Subtotal.....	34.542	350	2.244	(951)	36.185
Previdenciárias:					
INSS.....	5	-	-	-	5
Subtotal.....	5	-	-	-	5
Total.....	38.750	2.503	2.367	(1.730)	41.890
Circulante.....					1.494
Não circulante.....					40.396

Descrição	Saldos em 31/12/2012	Adições monetária	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2013
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	3.736	657	518	(1.455)	3.456
Trabalhistas.....	1.617	-	131	(309)	1.439
Honorários.....	347	116	-	(167)	296
Subtotal.....	5.700	773	649	(1.931)	5.191
Tributárias:					
PIS.....	4.924	-	276	-	5.200
COFINS.....	26.181	-	1.277	-	27.458
CSLL.....	2.838	4.547	173	-	7.558
Imposto de Renda.....	2.036	-	110	-	2.146
Honorários.....	172	-	12	-	184
Outros.....	34	-	-	-	34
Subtotal.....	36.185	4.547	1.848	-	42.580
Previdenciárias:					
INSS.....	5	-	-	-	5
Subtotal.....	5	-	-	-	5
Total.....	41.890	5.320	2.497	(1.931)	47.776
Circulante.....					1.347
Não circulante.....					46.429

Em 31/12/2013 há R\$1.347 de provisões judiciais no passivo circulante (R\$1.494 em 2012) e R\$3.849 no passivo não circulante (R\$4.211 em 2012). Os tributos e encargos sociais a recolher são R\$42.580 em 31/12/2013 (R\$36.185 em 2012) no passivo não circulante. **14.2. Obrigações fiscais.** Em 31/12/2013, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$11.863 (R\$6.919 em 2012) e está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2013 e 2012, são: (a) **COFINS.** A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento dessa contribuição. No período compreendido entre maio de 1999 e maio de 2000, a Companhia possuía uma liminar suspendendo as obrigações de recolher ou depositar judicialmente os valores devidos. Em junho de 2000, esta liminar foi cassada e, desta forma, a Companhia efetuou o recolhimento dos valores devidos atualizados monetariamente e, a partir desta data, vem recolhendo os valores calculados somente sobre a receita de sua atividade de seguro, provisionando e depositando sobre outras receitas. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência de junho de 2009, a recolher somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda em relação à incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro, e remota a perda em relação à incidência da COFINS sobre outras receitas. (b) **PIS.** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 10/1996, cujos montantes encontram-se integralmente depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. A Companhia questiona a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006, a Companhia efetuou recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência de março de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). (c) **CSLL.** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar judicialmente a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social.** O capital social da Companhia em 31/12/2013 e 2012 é de R\$ 76.784, dividido em 4.629 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. **15.2. Reserva legal.** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **15.3 Reserva estatutária.** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em

cada exercício social, após as destinações para Reserva legal e Dividendos não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **15.4 Política de distribuição de dividendos.** Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **15.5 Ajustes de avaliação patrimonial.** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **15.6 Distribuição do resultado**

Descrição	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações ..	77.345	(2.995)
(+/-) Impostos e contribuições.....	(30.737)	1.124
(-) Participações.....	(144)	(137)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	46.464	(2.008)
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(2.323)	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado.....	44.141	(2.008)
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado.....	11.035	-
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos.....	11.035	-
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária.....	33.106	-
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício).....	33.106	-

16. Detalhamento das contas de resultado. 16.1. Prêmios retidos

Descrição	2013	2012
Prêmio retido		
Assistência médico hospitalar - AMH.....	248.049	274.987
Assistência odontológica - AO.....	2.912	2.741
Subtotal.....	250.961	277.728
Cosseguro aceito (a)		
Assistência médico hospitalar - AMH.....	294.338	-
Subtotal.....	294.338	-
Total.....	545.299	277.728

(a) Refere-se ao contrato de cosseguro realizado com a CIA. SAÚDE (controladora) referente à carteira PME. **16.2. Sinistros ocorridos**

Descrição	Antes da lei (a)		Após a lei (a)		2013 Total	
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso
Consultas.....	(1.032)	(371)	(39.062)	(6.558)	(40.094)	(6.929)
Exames.....	(1.783)	(106)	(111.250)	(1.737)	(113.033)	(1.843)
Terapias.....	(626)	(16)	(20.774)	(540)	(21.400)	(556)
Internações.....	(4.158)	(459)	(193.289)	(7.460)	(197.447)	(7.919)
Outros (b).....	(1.056)	(125)	(30.802)	(4.703)	(31.858)	(4.828)
Subtotal.....	(8.655)	(1.077)	(395.177)	(20.998)	(403.832)	(22.075)
Total.....						(425.907)

Descrição	Antes da lei (a)		Após a lei (a)		2012 Total	
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso
Consultas.....	(769)	(480)	(27.188)	(2.962)	(27.957)	(3.442)
Exames.....	(1.716)	(114)	(69.226)	(1.028)	(70.942)	(1.142)
Terapias.....	(629)	(3)	(10.134)	(122)	(10.763)	(125)
Internações.....	(4.199)	(339)	(117.791)	(4.327)	(121.990)	(4.666)
Outros (b).....	(643)	(214)	(19.158)	(3.558)	(19.801)	(3.772)
Subtotal.....	(7.956)	(1.150)	(243.497)	(11.997)	(251.453)	(13.147)
Total.....						(264.600)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a lei 9.656/1998. (b) Na coluna de reembolso após a lei estão incluídos os valores registrados de reembolso ao SUS que em 31/12/2013 totalizavam R\$746 (R\$1.465 em 2012).

16.3. Despesas de comercialização

Descrição	2013	2012
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios.....	(18.087)	(20.003)
Sobre agenciamento.....	(160)	(1.478)
Variação de despesas de comercializações diferidas.....	(93)	-
Subtotal.....	(18.340)	(21.481)
Comissões sobre cosseguro aceito:		
Sobre prêmios.....	(9.663)	-
Sobre agenciamento.....	(18.162)	-
Variação de despesas de comercializações diferidas.....	17.384	-
Subtotal.....	(10.441)	-
Total.....	(28.781)	(21.481)

16.4. Despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Pessoal próprio.....	(1.211)	(1.187)
Serviços de terceiros.....	(298)	(598)
Localização e funcionamento.....	(557)	(785)
Despesas com tributos.....	(471)	(215)
Outras despesas administrativas.....	(492)	(1.820)
Total.....	(3.029)	(4.605)

16.5. Outras despesas operacionais. Em 31/12/2013, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$4.853 (R\$5.079 em 2012), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$4.543 (R\$4.950 em 2012) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$310 (R\$129 em 2012), compostos da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Despesas com operações de seguros.....	(21)	(97)
Despesas com cobrança de seguros.....	(17)	(20)
Constituição da provisão para perdas sobre créditos.....	(404)	(1.108)
Constituição de contingências operacionais.....	(493)	(211)
Despesa com pró-labore de seguros.....	(3.877)	(3.562)
Outras.....	(41)	(81)
Total.....	(4.853)	(5.079)

16.6. Resultado financeiro líquido

Descrição	2013	2012
Títulos e valores mobiliários	10.206	10.630
Valor justo por meio do resultado.....	1.096	957
Disponível para venda.....	9.071	9.636
Mantido até o vencimento.....	39	37
Operações de seguros	169	506
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(897)	(295)
Outros.....	556	246
Total.....	10.034	11.087

Descrição	2013	2012
Receitas financeiras		
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	1.002	959
Títulos de renda fixa - Privados.....	849	428
Títulos de renda fixa - Públicos.....	8.765	9.684
Operações de seguros.....	226	530
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais.....	1.463	2.210
Outras.....	892	579
Total.....	13.197	14.390

Descrição	2013	2012
Despesas financeiras		
Operações de seguros.....	(57)	(24)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(410)	(441)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(2.360)	(2.505)
Taxa de administração de gestão de ativos financeiros.....	(270)	(270)
Outras.....	(66)	(63)
Total.....	(3.163)	(3.303)

16.7. Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações ..	77.345	77.345
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(19.336)	(11.602)
Correntes:		
Adições:		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(343)	(206)
Despesas não dedutíveis.....	(103)	(48)
Outras.....	-	(62)
Total.....	(446)	(254)
Exclusões:		
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários.....	11	7
Atualização de depósitos judiciais.....	292	175
Encargos sobre participações nos lucros.....	36	27
Outras.....	25	-
Total.....	364	203
Prejuízo fiscal e base negativa:		
Constituições.....	-	(703)
Compensações.....	429	286
Total.....	429	286
Redução de incentivos fiscais.....	270	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente.....	(18.720)	(11.366)
Diferidos:		
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa.....	(703)	(450)
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	606	363
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(292)	(175)
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido.....	(389)	(262)
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social.....	(19.109)	(11.628)
Alíquota efetiva.....	25%	15%
Alíquota efetiva combinada.....	40%	24%
Total.....	40%	14%